

O LIBERAL - 30/6/82

Lucio Flavio Pinto

190

O "front" indígena

Ninguém poderá alegar surpresa se ocorrer novamente um conflito nas áreas das duas principais reservas indígenas do Estado. Tanto na reserva Kayapó, com seus 2,7 milhões de hectares, como na dos Xikrin, com 440 mil hectares, as invasões tornaram-se uma constante e parecem estar irritando muito as duas comunidades.

No caso dos Xikrins, segundo a informação da Funai, os índios já estão incursionando fora de seus limites, atacando grupos que não estão invadindo a reserva, mas ficam em seus limites. Isso teria ocorrido na semana passada, quando nove índios saquearam um acampamento, obrigando a Funai a restituir 150 mil cruzeiros em víveres levados pelos Xikrin.

Um sobrevôo pelo limite sul da reserva, como o que fiz no início do mês em um helicóptero, mostrará que os índios têm motivos para preocupações e irritações. A partir da PA-279, que liga Xinguara a São Felix do Xingu (por enquanto parou na sede do projeto de colonização da Construtora Andrade Gutierrez), saem vários ramais para dentro do território Xikrin, através dos quais é escoada a produção madeireira.

Mais grave ainda é a indefinição quanto à fazenda Gran Reata ou Pau d'Arco. No final de maio um porta-voz do fazendeiro Laudelino Hanemann garantiu que já haviam sido retiradas das terras indígenas as 500 cabeças de gado que ali ingressaram com a autorização pessoal do então presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, para se alimentarem nos pastos formados no interior da reserva. O prazo de um ano concedido, em caráter excepcional e absolutamente inédito, terminou no último dia de abril, mas já antes a empresa dizia ter retirado os animais.

No sobrevôo realizado no dia seis, porém, pudemos constatar que o gado permanecia no mesmo local e havia movimento na fazenda, indicando que as atividades estão sendo desenvolvidas normalmente. Até quando os índios aceitarão essa presença? Por que não é dada uma definição?

Em outro sobrevôo, mas já no limite oeste da reserva Kayapó, verificamos um garimpo de ouro em funcionamento, o Maria Bonita, a apenas 15 quilômetros da aldeia Gorotire. Um pouco mais afastados existem outros dois garimpos — o Tarzan e o Cumarú — com autorização legal, pagando díizimo sobre a produção para os índios. Mas é certo que os Kayapó não aceitarão essa situação por muito tempo e algum incidente poderá comprometer a paz aparente na região. Os garimpeiros, por exemplo, usam o mercúrio para precipitar o minério. A lavagem é feita no rio da Ponte, que passa pela aldeia. Não poderá a contaminação afetar a vida dos Kayapó?

O futuro das relações desses índios com a sociedade envolvente precisa ser analisado com mais grandeza e seriedade. O impacto que o Programa Grande Carajás irá causar-lhes será muito forte e não só ao longo da ferrovia que irá da serra até o litoral do Maranhão, como parecem raciocinar os formuladores do programa. Eles excluíram, por exemplo, os Kayapós, que ficam ao sul do principal distrito mineral. Mas eles também serão afetados. Já o estão sendo, aliás, pela mineração do ouro, que é apenas o abre-alas de um cordão muito maior. Ou se antecipam os resultados, ou vamos correr o risco de novos conflitos.

UMA POSIÇÃO

O Clube de Engenharia do Rio de Janeiro considera, no mínimo, prematura a privatização das jazidas de manganês e cobre de Carajás, anunciada em abril pelo Conselho Interministerial para se realizar até 28 de setembro. Uma resolução aprovada no dia sete pelo conselho diretor do clube diz que o aqodamento governamental resulta tanto dos aspectos legais envolvidos, "como também em função do papel que a CVRD representa como o agente indutor do desenvolvimento daquela vasta área". Mais importante do que isso, acrescenta o documento, "é o fato de se tratarem de depósitos de minerais de valor estratégico inofismável para a economia e a segurança do país".

Fazendo uma análise da situação de mercado de cada um dos minerais, mostra o documento, apresentado pelo conselheiro Ricardo José Rebouças de Andrade, que a jazida de manganês do Azul, em Carajás, "parece conjugar hoje as melhores condições para a superação das dificuldades que podem advir nos próximos anos para o abastecimento do mercado interno, não só pela qualidade do seu minério, mas também pela possibilidade de contar com toda a infra-estrutura ora em implantação para o Projeto Ferro".

Mantida sob controle estatal, a jazida "teria condições de atender efetivamente aos interesses de todos os consumidores, tanto na área de siderurgia como na produção de ferro-ligas". Com a privatização, haveria o risco de surgir um monopólio no setor e a jazida "talvez não pudesse vir a atender aos interesses de todos os potenciais consumidores, já que teria como prioridade os objetivos do grupo empreendedor". Este poderia querer exportar "in natura", em grande quantidade.

Quanto ao cobre, lembra o documento que o interesse de grupos internacionais já é antigo, não significando necessariamente "o desenvolvimento de projetos de mineração no País, mas sim a possibilidade de comercialização do cobre produzido em algumas das suas diversas unidades produtoras espalhadas pelo mundo, e hoje trabalhando com significativa capacidade ociosa".

Por isso, vislumbra-se "um risco real de que, caso o controle das reservas de cobre de Carajás passe a grupos internacionais, estes não se interessem pelo desenvolvimento do projeto, mantendo tais reservas como recursos estratégicos para o atendimento dos seus objetivos de longo prazo". Outro risco seria relativo aos elevados investimentos requeridos por projetos de cobre: qualquer grupo nacional que se lançasse ao empreendimento poderia acabar sendo absorvido por uma multinacional.

Assim, entende o Clube de Engenharia que a questão "transcende a uma simples transferência de ativos de uma empresa estatal para terceiros, significando, isto sim, a alienação de um patrimônio por demais importante para o desenvolvimento e a segurança nacional, e cujo aproveitamento deve ser de integral responsabilidade do Estado".